



**ENTREVISTA deputado Sérgio Miranda
esperança nos movimentos sociais**

conexão

Ano IV - nº 28 - Outubro de 2003 - Revista do Sindicato
Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal

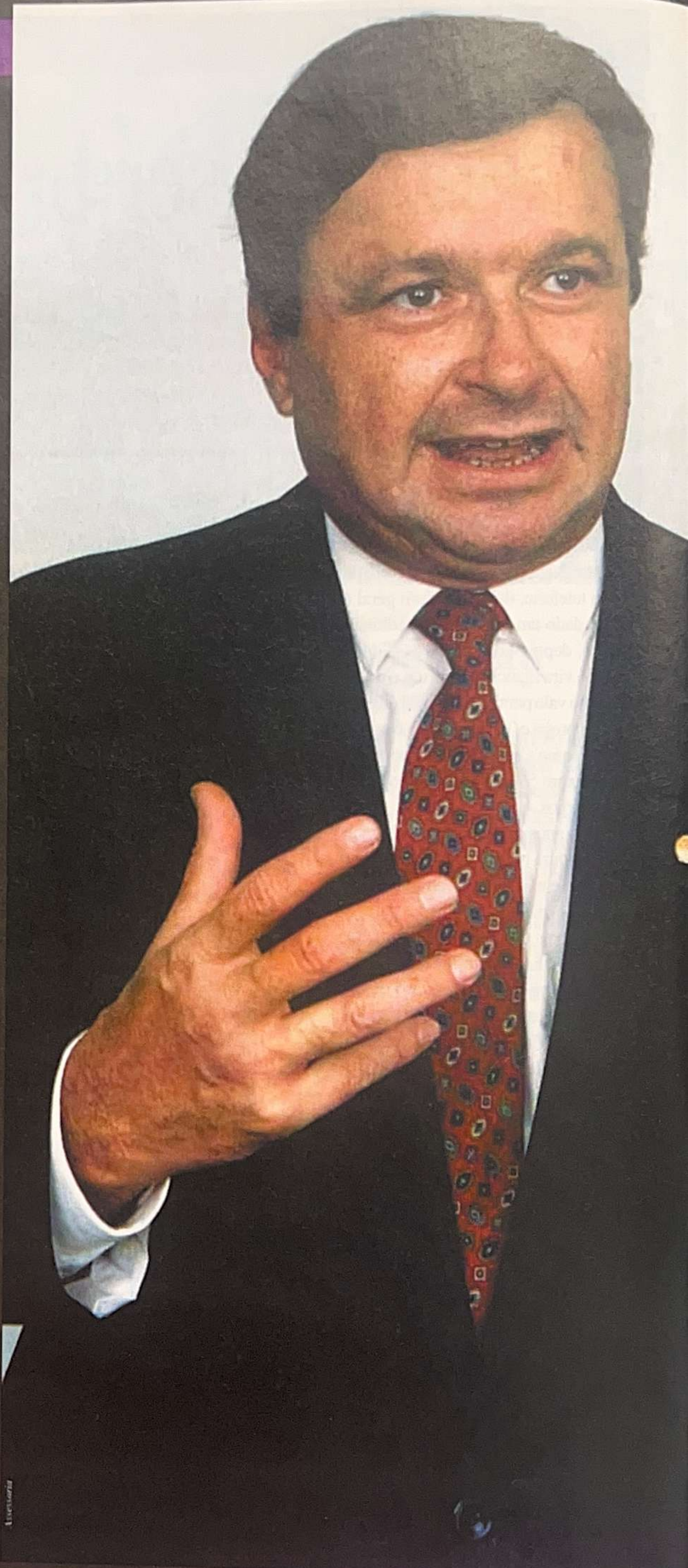
 **unafisco sindical**

**Não foi tão fácil
como pretendia o
governo Lula:
as reformas
previdenciária e
tributária provocaram
insatisfação e protesto
em todos os
segmentos sociais**

Reformas

A REAÇÃO

O paraense Sérgio Miranda, deputado pelo PCdoB por Minas Gerais, é um deputado disciplinado e coerente com sua história política. Foi um dos quatro parlamentares do seu partido a votar contra a proposta de reforma da Previdência, na Câmara Federal. Embora tenha sido punido pelo partido, com a destituição, por oito meses, do cargo que assumia no Comitê Central e das funções de liderança que exercia na bancada federal, inclusive sem direito a voto em suas reuniões, Miranda preferiu o silêncio a ter de discutir publicamente as decisões do partido no qual é membro desde o tempo da ditadura militar. A punição recebida e o desapontamento inicial com o governo não o desanimam. Aos 55 anos, ele mantém a mesma esperança desafiadora estampada na foto exibida em seu gabinete, em Brasília, quando tinha 21 anos e participou do histórico Congresso Nacional da UNE, realizado em Ibiúna, São Paulo. Este ano, o deputado lançou o livro **A Herança Maldita de FHC**, esquadrinhando todos os males da política privatista do governo tucano. Nesta entrevista à **Conexão**, o deputado constata que o governo Lula, mesmo tendo sido eleito sob o signo da mudança, ainda não conseguiu romper com a agenda do seu antecessor, levada a cabo pela equipe econômica. Apesar disso, Miranda acredita que caberá aos movimentos sociais mobilizarem-se para ditar novos rumos.



OS NOVOS RUMOS CABEM AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Rejane Medeiros

Conexão - A PEC 67 (como tramita a reforma da Previdência no Senado) é um pouco diferente da proposta apresentada ao Congresso, em abril. Os congressistas conseguiram melhorar a proposta?

Sérgio Miranda - A proposta continua ruim, pois na sua essência foi mantido o principal objetivo da reforma, que é a inclusão dos servidores públicos no mercado dos fundos de pensão. Tais fundos, segundo seus defensores, viabilizariam financiamentos estáveis para os investimentos necessários ao desenvolvimento, o que não é comprovado empiricamente em nenhum país. E a implantação desse novo modelo será viabilizada por meio de um enorme ajuste fiscal, que já aparece na proposta orçamentária do próximo ano, com a previsão de arrecadação da contribuição dos servidores aposentados e pensionistas. É importante lembrar que, na discussão da reforma tributária, as elites pronunciaram-se raivosamente contra o aumento da carga tributária e a criação de novos tributos, mas todos silenciaram quando se criou a taxa dos servidores aposentados e pensionistas. Com esse tributo, o governo faz uma previsão de arrecadação, nesse primeiro ano, de R\$ 1,4 bilhão, somente na União. Os servidores públicos, parece, não fazem parte da sociedade brasileira, são tributados a mais, e ninguém reclama.

Conexão - Se a essência da reforma não foi mudada, a única saída seria a retirada da PEC 67?

Miranda - Foi apresentada, na Câmara, uma proposta que dificultava as condições para que o servidor se aposentasse, mas com garantia à aposentadoria integral, inclusive para os futuros servidores. Porém, ela não foi aceita, pois acabava com a necessidade dos fundos de pensão, apesar de manter a mesma arrecadação pretendida pelo governo com a PEC 67. Já no Senado, há espaço para que algumas alterações sejam feitas.

Existem três questões que não mudam a essência do projeto, mas podem ser alteradas por significarem injustiças e prejuízos para os servidores. A primeira é a luta por uma efetiva paridade para os atuais servidores que cumprirem as condições draconianas da integralidade, porque a paridade que está proposta é uma farsa. A segunda questão é que tenha uma efetiva transição. Haverá diferenças brutais entre o servidor que adquirir o direito à aposentadoria um dia antes da promulgação da reforma e o que atingir essas mesmas condições um dia depois. Conheço uma servidora que faz 48 anos de idade em dezembro. Como começou a trabalhar cedo, cumpre todas as condições: 30 anos de contribuição, 20 anos de serviço público, 10 anos no cargo. Mas, se a reforma for promulgada antes de dezembro, ela terá de trabalhar até os 55 anos de idade. A terceira é a necessidade de se retirar da Constituição a obrigatoriedade de o fundo de pensão ficar na modalidade de contribuição definida. O regime de um fundo de pensão não pode ser matéria constitucional. Outro aspecto que talvez possa ser alterado no Senado é a questão do subteto dos estados para o Executivo ser

regulado pelo salário do governador, que é um cargo político. Mas volto a salientar que são questões secundárias, porque a essência do projeto está garantida: a manutenção dos fundos de pensão. Isso é o que o governo queria.

Conexão - O sr. sempre fez marcação cerrada nos orçamentos apresentados pelos governos anteriores. Esmiuçava tudo e fazia cobranças muito firmes. Essa postura será mantida? O senhor pretende cobrar coerência do governo na questão orçamentária?

Miranda - Coerência não, pois não tenho ilusões sobre o que ia ser feito. Mas vou colocar às claras as contradições. Na saúde, por exemplo, não foram cumpridas as exigências da Emenda Constitucional 29, que diz que o recurso para ações e serviços de saúde terá o valor aplicado no ano anterior mais a variação nominal do PIB. E isso não foi levado em conta. O governo inchou o orçamento da saúde com recursos do Fundo de Combate à Pobreza, que sempre foram excluídos daquele montante.

O orçamento também apresenta problemas na previsão de receitas. Algumas delas estão sendo partilhadas com estados e municípios, na reforma tributária, diminuindo os recursos disponíveis para a União. Por exemplo, se 25% da Cide vai para os estados e municípios, a União perde esse montante. Quem vai cobrir esse buraco? Esse novo Fundo de Desenvolvimento Regional está tirando 2% do Imposto de Renda e do IPI. A continuidade do fundo de compensação da Lei Kandir aumenta os gastos em R\$ 8 bilhões. E têm as questões mais graves, como a ausência de aumento real para o salário mínimo e a correção dos salários dos servidores civis, o que significa um implemento de menos de 2%.

Conexão - Então, a sinalização é de que pouca coisa vai mudar?

Miranda - A sinalização é de arrocho orçamentário, já que o governo comprometeu-se com a meta de superávit primário por meio do corte de despesas e isso levará a grandes conflitos.

Conexão - Que avaliação o senhor faz do governo Lula?

Miranda - É um governo ambíguo. Se em algumas áreas demonstra preocupação com o programa e com as idéias da esquerda, na área econômica se mostra bastante conservador e aprofunda a política do governo anterior.

Conexão - Mas é possível romper com a "herança maldita" do governo FHC?

Miranda - É evidente que Lula governa sob circunstâncias bem objetivas, deixadas por FHC, no terreno econômico, político e so-

tem a desigualdade social, o desemprego e a distribuição de renda.

Conexão - O primeiro orçamento elaborado sob a égide do governo Lula - o de 2004 - indica que o aperto sobre as contas públicas continuará. Há expectativas de mudanças?

Miranda - Ainda se verifica um governo em disputa, que não se dá apenas nos debates do Congresso, mas, fundamentalmente, com a pressão dos movimentos sociais sobre o governo para garantir a viabilização das suas reivindicações. O Executivo hoje vive sob uma pressão enorme dos grandes interesses financeiros, das forças conservadoras da política nacional, dos ruralistas. E tem, também, de ser pressionado pelas forças progressistas. É preciso continuar cobrando e mobilizando. A grande questão é retomar a mobilização social. É ela quem vai definir o rumo do governo. Há uma disputa política que se expressa nas pressões sociais, no debate sobre o crescimento, queda de juros e no afloramento dessas tensões sociais, em consequência do desemprego.

Conexão - Para o sr., a esquerda ganhou com a vitória de Lula, mas caberá à própria esquerda transformar essa vantagem em uma vitória de fato?

Miranda - A vitória de Lula foi uma vitória da esquerda. Mas ela não é uma

vitória das reivindicações populares. No campo político, tornou-se uma vitória das forças progressistas, que só serão capazes de materializar um programa progressista se houver pressão social. A tarefa desafiadora não é esperar que o governo resolva os problemas, mas aproveitar a vitória para unir, organizar e mobilizar o povo brasileiro.

Conexão - Então, os servidores, nessa pressão que estão fazendo contra a reforma da Previdência, estão ajudando o governo a mudar de rumo?

Miranda - Sim, por isso que eu apóio a luta dos servidores. Essa é uma das lutas mais justas, principalmente por sua defesa do Estado nacional, como um instrumento da soberania, da justiça social e do desenvolvimento. A reforma da Previdência tem seu principal problema nesse enfraquecimento estratégico do Estado, ao desqualificar o ser-

Causa perplexidade quando o governo encaminha um orçamento que não dá nenhum reajuste real ao salário mínimo, mas apenas recompõe a inflação do período

Quando a Argentina enfrentou as imposições do FMI, houve a inexplicável ausência do presidente Lula. Acho que, nesse caso, Lula preferiu se omitir a criar atritos com a diretoria do FMI

cial. Mas é um governo que foi eleito sob o signo da mudança. Ele teria de buscar caminhos concretos para alterar essa política nas áreas fundamentais, e não é o que vem ocorrendo.

Todo governo brasileiro de esquerda ou progressista tem como obrigação precípua enfrentar os problemas sociais. É isso que vai caracterizá-lo como de esquerda. Por isso, causa perplexidade quando o Executivo encaminha um orçamento que não dá reajuste real ao salário mínimo, mas apenas recompõe a inflação do período. Ora, isso será para o ano de 2004, mais de um ano depois da posse do presidente Lula, entrando em confronto com as posições defendidas na campanha eleitoral, quando prometeu dobrar o valor real do salário mínimo. Chamo a atenção para esses compromissos de mudanças: eles não são apenas gerais, macroeconômicos. Materializam-se também em políticas públicas que enfren-

viço público. A derrota não foi apenas dos servidores, mas de um programa estratégico, progressista para o Brasil.

Conexão - Houve algum avanço com a reforma tributária?

Miranda - Ao contrário da reforma da Previdência, que envolvia uma questão de princípio, a reforma tributária surgiu de uma necessidade objetiva de fechar as contas públicas com a prorrogação da DRU (Desvinculação das Receitas da União) e da CPMF. Nós demos esse voto de confiança ao governo na reforma tributária, nessa questão particular. Seria importante que analisássemos a reforma depois da votação no Senado, porque não acredito que os senadores vão referendar o que saiu da Câmara. A idéia era uma reforma focada em alguns temas: simplificação do ICMS, renovação da CPMF e da DRU, baseada na manutenção da carga e da partilha, entre os entes federativos. Mas o que saiu da Câmara foi a alteração de 150 dispositivos constitucionais, e 35 dessas mudanças dependem de lei complementar. Resultou num projeto enorme, que, ao invés de simplificar a Constituição, acabou por aumentá-la. E ainda provocou a exigência de novas leis. Eu acho que isso tudo não vai se viabilizar no Senado. Lá, vai se fazer a reforma mínima e deixar o resto para se debater depois.

Conexão - O presidente argentino, Néstor Kirchner, reclamou à imprensa que não se sentiu apoiado pelo presidente Lula quando a Argentina endureceu o discurso com o FMI. Qual sua avaliação?

Miranda - Essa foi uma dubiedade do governo Lula que abalou, de certa forma, a confiança entre os dois presidentes, mas eu acho que isso já foi superado. Os dois almoçaram juntos, durante a Conferência da ONU. Naquele momento, quando a Argentina enfrentou as imposições do FMI, ela merecia receber toda a solidariedade. Obteve o apoio de presidentes que têm uma postura mais de centro, como Lagos, do Chile, e Vicente Fox, do México, e houve a inexplicável ausência de apoio do presidente Lula. Acho que, nesse caso, Lula sofreu influência da área econômica, que preferiu se omitir a criar atritos com o FMI.

Nas outras questões externas, o governo tem acertado. Esse é o aspecto mais positivo da ação governamental. Ela tem como eixo o fortalecimento dos laços na América Latina, por meio da integração econômica e política, primeiro com os países do Mercosul, e depois agregando outros países como Peru, Venezuela, Equador. Mas esse esforço de afirmação do país nos fóruns internacionais pode ser posto a perder, caso o Brasil aceite a participação na Alca, pois ela limitará, profundamente, o grau de autonomia do país, sobretudo na sua opção pelo desenvolvimento econômico. Com a Alca, o governo vem tendo atitudes dúbias.

Conexão - Sobre o acordo com o FMI, o Brasil deveria ter tomado a mesma posição da Argentina? O governo deveria também ceder menos ao FMI?

Miranda - Precisamos aguardar, pois o Brasil vai discutir o fim do acordo a partir deste

que dirige ao presidente do Fundo, Horst Köhler, informando o cumprimento das metas. Mas há uma enorme expectativa de que a demonstração da altivez que o governo prega na sua política externa se aplique, também, no fim desse acordo. Eu acho que o Brasil deve ter uma posição clara sobre o FMI, e eu defendo o fim do acordo. É o melhor que pode ocorrer ao país.

Conexão - Qual a sua avaliação sobre o Fome Zero?

Miranda - Apesar de ter o caráter de grande programa social, o orçamento do Fome Zero é menor do que o despendido por meio da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), um programa da Constituição de 1988, que concede um salário mínimo a idosos e deficientes carentes. O verdadeiro programa social de apoio às pessoas é a Previdência, por meio do Regime Geral. Em todo programa de transferência de renda com condiciona-

lidades, tipo o Fome Zero, são gastos menos recursos do que na Loas. Porém, o ritmo de sua implementação foi barrado no governo FHC. Mas agora, com o Estatuto do Idoso, deveremos ter uma ampliação de pessoas atendidas pela Loas, já que diminuiu a idade de 67 para 65 anos e as exigências para que as pessoas tenham acesso ao benefício.

Conexão - Se fala da criação de um novo partido de esquerda. Muitas pessoas que se viam representadas pelo PT estão se sentindo órfãs. Quem ocupará esse vazio?

Miranda - É preciso dar um certo tempo ao tempo. É preciso que as idéias, principalmente as do grupo que mantém a hegemonia no PT, sejam postas à prova, esclarecidas, para que as pessoas tomem conhecimento de fato do que ele pensa.

O PT defendia esse tipo de proposta? Em caso positivo, as idéias do partido não estavam claras para os servidores que sempre o apoiaram. A minha expectativa é de que as pessoas e o movimento social façam suas experiências. E a partir daí é que podem descortinar novos rumos, até para a política partidária. Que façam a análise das propostas concretas que estão aparecendo, enfrentem esse debate colocado objetivamente pelas ações do governo.

Apóio a luta dos servidores. Essa é uma das lutas mais justas, principalmente por sua defesa do Estado nacional

Esse esforço de afirmação do país nos fóruns internacionais pode ser posto a perder caso o Brasil aceite a participação na Alca, pois ela limitará, profundamente, o grau de autonomia do país

mês e existe uma grande expectativa em relação a isso. O Brasil, desde a mudança da política cambial, no fim do primeiro mandato de FHC, tem um governo efetivamente compartilhado com o FMI, pois o acordo impõe condicionalidades às nossas ações, principalmente no terreno econômico, e entra também em questões legislativas, como as reformas da Previdência e tributária e a autonomia do Banco Central. O ministro Palocci presta contas do andamento das reformas a cada carta